

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16 de Novembro, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

8 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria João Areias*. — A Oficial de Justiça, *Dilma Machado*. 3000215483

#### 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

##### Anúncio

Processo n.º 2556/04.0TJCBR-E.

Prestação de contas (liquidatário).

Requerente — Nuno Castelhana.

Falida — Horácio Rosa III — Instalações Técnicas, L.ª

A Dr.ª Maria Alexandra Silva, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Horácio Rosa III — Instalações Técnicas, L.ª, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPREFER).

29 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Alexandra Silva*. — O Oficial de Justiça, *Salvador Joaquim R. Canelas*.

3000215488

#### TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

##### Anúncio

Processo n.º 1431/05.5TBCVL.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Requerente — Sérgio Fontoura Carvalhão Sousa e outro(s).

Interessada — Mariana Soares Carvalhão Sousa e outro(s).

No Tribunal da Comarca da Covilhã, 2.º Juízo da Covilhã, no dia 7 de Setembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência de Jaime Carvalhão Sousa, com domicílio em Tortosendo.

Para administrador da insolvência é nomeado António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135, 1.º, B, apartado 521, 6201-907 Covilhã.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

#### Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 5 de Dezembro de 2006, pelas 11 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

7 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Rosa Lima Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Ana Valente*. 3000215564

#### TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE FRADES

##### Anúncio

Processo n.º 246/06.8TBOFR.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — Lampre Portuguesa — Revestimentos e Transformação de Metais, L.ª

Insolvente — Frivouga — Frigoríficos Vouga, L.ª

#### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Oliveira de Frades, secção única de Oliveira de Frades, no dia 21 de Agosto de 2006, pelas 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora, Frivouga — Frigoríficos Vouga, L.ª, número de identificação fiscal 500823308, com endereço em Arcozelo das Maias, 3680-011 Oliveira de Frades, com sede na morada indicada.

São gerentes do devedor, Fernando da Silva Romão, estado civil: casado, número de identificação fiscal 110745078, com endereço em Arcozelo das Maias, Arcozelo das Maias, 3680-011 Oliveira de Frades, e Horácio Gomes Fernandes, estado civil: casado, número de identificação fiscal 108901335, com endereço em Arcozelo das Maias, Arcozelo, 3680-000 Oliveira de Frades, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Aníbal Santos Almeida, com endereço na Rua de Alves Martins, Ed. Humberto Delgado, 40, 5.º, B, 3500-078 Viseu.